

518

Democracia em xeque



518

Edição em espanhol
outubro 2016
Ano 40, 2a temporada

Edição em português
novembro 2016

Ilustração de capa
Pedro Cagigal

AMERICA LATINA

em movimento



Democracia em xeque

- 1** Brasil exige um Plano Estratégico de Desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais
Olimpio Alves dos Santos
- 3** Por uma agenda para a América Latina
Monica Bruckmann
- 8** Golpes de Estado de novo tipo e involução democrática
Atilio Boron
- 12** Eleições de 2016 e algumas lições do Brasil
Roberto Amaral
- 15** Democracia e Estado no Panamá
Marco A. Gandásegui, filho
- 18** A ofensiva e as ameaças do grande capital para a América Latina
Theotonio dos Santos
- 22** O progressismo aprisionado na teia de aranha institucional capitalista
Antonio Elias
- 25** América Latina: democracia e poder popular
Luis Hernández Navarro

Brasil exige um Plano Estratégico de Desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais

Olímpio Alves dos Santos

Resistir, lutar e avançar, sempre. Hoje mais do que nunca! Nesse percurso de enfrentamento nas ruas, no parlamento, nas universidades, nas escolas, no campo, nas indústrias, nos centros culturais, nas redes sociais, e onde mais for possível, movimentos sociais buscam construir a unidade popular e ampliar suas áreas de abrangência política para garantir a plena democracia. Nada é dito pela mídia oficial, mas são significativos os segmentos nacionais que vêm combatendo o golpe continuado que em poucos meses levou o país ao caos e ao que há de mais perverso e criminoso no que se refere às políticas sociais e econômicas.

É nessa trincheira que o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) vem contribuindo para formar e informar, além de compartilhar análises de conjuntura e propostas concretas com movimentos sociais, academias e representações de setores e entidades das engenharias para consolidar avanços, resumidos, a seguir, no texto que o Senge-RJ e a ALAI publicam nesta edição como um “Manifesto em Defesa da Soberania”.

A dimensão do golpe

Enquanto abre as portas do país ao capital internacional, o governo Michel Temer e o Congresso Nacional percorrem perigosos caminhos.

Olímpio Alves dos Santos é presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)

Rasgam a Constituição Federal, alteram leis e reduzem direitos em áreas de interesse da população. Privatizam setores estratégicos com nocivas consequências para o desenvolvimento econômico, sustentável, inclusivo e soberano do Brasil. Sem debate com a sociedade, as novas leis aprovadas em regime de urgência, e na calada da noite, ampliam a crise econômica e provocam dramáticos retrocessos nas políticas sociais.

Com o desmonte do Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação, a ciência, a tecnologia e a inovação já não integram mais o rol das políticas estratégicas. A Agência Espacial Brasileira vê reduzida sua missão histórica de coordenar a execução do programa espacial brasileiro. A Comissão Nacional de Energia Nuclear, entre outras graves consequências na área de Defesa, vê reduzido o espaço para desenvolver aplicações nucleares úteis à sociedade. A reforma educacional, no limite do confronto de ideias e na necessidade crescente de fazer ecoar a voz dos interessados frente ao arbítrio, esbarrou na resistência jovem e nas ocupações das escolas.

Empresas estatais são transformadas em sociedades anônimas, abrindo caminho para a desnacionalização. Entre outros abusos de poder foi decretado o fim do Fundo Soberano e retirado da Petrobras o papel de operadora única da exploração das jazidas do Pré-Sal - jazidas que a empresa descobriu e poderia explorar com tecnologia própria em nome do Estado brasileiro. É a perda do controle nacional ditada por interesses privados das petroleiras

internacionais. Só um governo ilegítimo e anti-nacional teria como objetivos comprometer o desenvolvimento econômico e social; facilitar a dilapidação de nossas riquezas estratégicas; vender aos estrangeiros grandes parcelas do nosso território, e renunciar à política de conteúdo nacional geradora de emprego e renda.

Não são meras discussões técnicas. São debates políticos visando o futuro da nação. Nesse processo, um dos maiores golpes aos direitos que integram a Constituição de 1988 é o congelamento por 20 anos dos gastos em programas sociais - como saúde, educação e habitação -, serviços públicos e infraestrutura, que caiu como uma bomba no seio da sociedade. Além de direitos históricos ameaçados, é notório o risco de anularmos décadas de conquistas e sucatearmos a infraestrutura e o progresso.

O país que reconquistou nas mobilizações sociais o Estado democrático de Direito não suporta conviver com um projeto já testado e rejeitado pelos brasileiros. Urge barrar os atentados em curso e retomar a construção de uma nação apta ao desenvolvimento, sedenta de justiça social. Isso exige reestruturação política e a união de correntes nacionalistas e progressistas na reorganização de um programa estratégico, garantidor dos interesses nacionais, com uma agenda comum em defesa de uma Pátria com Justiça Social e um Brasil Soberano.

A reestruturação política

O tema desta edição não poderia ser mais oportuno. A democracia está em xeque no mundo, e não só no Brasil. Os canais de comunicação devem se ampliar muito além de nossas fronteiras para garantir que as narrativas dos golpes em curso tragam à tona a verdade que há por trás do espetáculo vendido pelos meios de comunicação, em sua imensa maioria nas mãos de empresários sem compromisso com o desenvolvimento humano. A barbárie se propaga e não ilumina o futuro dos povos.

No Brasil, o resultado das eleições é apresentado pela mídia como a pá de cal que enterrou definitivamente a esquerda brasileira e setores progressistas e nacionalistas. Uma forma antiga de tentar neutralizar movimentos de resistência. Mas, em paralelo, em outro cenário, as forças populares, vivas e ativas, buscam se unir para reorganizar suas trincheiras de lutas e criar frentes nacionais e agendas comuns contra o retrocesso crescente que se instala com o governo golpista e seus lamentáveis personagens, marcados pela mediocridade, o coronelismo e o caudilhismo, sem votos e diante de uma população ainda perplexa.

O retrocesso se instala na América Latina. A forte intervenção da política norte-americana em nosso continente faz com que todas as suas armas estejam voltadas para o extermínio das forças populares. É preciso destruir a política que fez de Luiz Inácio Lula da Silva a mais importante liderança do continente, para não dizer do mundo.

Em nome da Democracia, da Soberania popular, de políticas públicas que garantam um desenvolvimento justo e inclusivo, o Brasil dos brasileiros tem a consciência de que deve construir uma agenda comum e erguer sua voz em defesa dos interesses do seu povo.

É nesse sentido que um verdadeiro mutirão democrático trabalha exaustivamente para fazer crescer o movimento da união de todos na construção imediata de um Plano Estratégico de Desenvolvimento. Um projeto de nação que diga NÃO ao retrocesso e que se pautem pelo bem comum, pela justiça social, por uma sociedade igualitária. Um país que jamais abra mão de nossas riquezas, que sob qualquer hipótese renuncie à política industrial de conteúdo nacional e que lute, com todas as suas armas, em defesa da soberania nacional. ⚔

Por uma agenda para a América Latina

Monica Bruckmann

Sem dúvida vivemos tempos de grandes ameaças às conquistas democráticas que a América Latina acumulou ao longo dos últimos anos, desde o início do século XXI. Após um ciclo de expansão da participação social em projetos políticos populares, de ampliação do gasto público em políticas sociais (quando ainda não se avançou em mudanças econômicas estruturais) e de importantes avanços nos processos de integração regional, um período de estabelecimento conservador ameaça se impor no continente.

Trata-se do regresso a um pensamento econômico profundamente falido em suas próprias bases, o neoliberalismo do século XX, e a sua provada receita econômica que extrapolou os níveis de pobreza e miséria na região e reduziu as economias da América Latina a níveis recessivos. Consiste no regresso a rupturas do Estado de Direito e do voto popular, já não pela via dos golpes militares, mas sim por meio do uso de representações parlamentares profundamente questionáveis, articuladas a poderosas campanhas midiáticas lançadas pelos monopólios comunicacionais. É um boicote sistemático aos projetos de integração regional e a suas diversas tentativas de elaboração estratégica, para retornar a uma política de realinhamento com a visão hegemônica dos Estados Unidos. Trata-se de utilizar o conceito de autonomia para suprimir o domínio democrático de instituições absurdamente poderosas, como os Bancos Centrais, cujos técnicos

pretendem estar acima de qualquer política pública sujeita ao controle democrático.

A pergunta chave é: quanto tempo pode durar essa ofensiva?

É pouco provável que esse ciclo de reinstauração conservadora se estenda por muito tempo. São várias as razões que conduzem a esta análise. Em primeiro lugar, o fato de as classes dominantes e os setores políticos que promovem este processo se articularem com uma potência hegemônica decadente. Os principais indicadores da economia mundial mostram que os Estados Unidos perderam, já há algum tempo, a sua condição de maior economia do mundo.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, em 2014 o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos, medido em dólar estadunidense por poder paritário de compra (PPP), tinha passado à segunda posição no âmbito mundial, depois da China. Em 2015, a diferença entre o PIB chinês e o dos Estados Unidos se ampliou. As projeções da PwC¹ indicam que em 2030 a economia estadunidense representará apenas 66% da economia chinesa e, em 2050, o PIB dos Estados Unidos será colocado em terceiro lugar, depois da Índia e da China. Os indicadores de ciência e de tecnologia mostram os deslocamentos dos centros mais dinâmicos dos Estados Unidos e da Europa para o sudeste asiático. Talvez a única dimensão onde os Estados Unidos mantenham ainda uma hegemonia inquestionável seja no âmbito militar, daí o seu grande interesse em negociar com a UE

Monica Bruckmann é socióloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diretora de Pesquisa da Cátedra Unesco sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, REGGEN; e presidenta da Alai.

¹ PwC: “Will the shift in global economic power continue?” Fevereiro de 2015.

um acordo contra a “ameaça russa” e o “terrorismo”, que signifique a obrigatoriedade de destinar 2% do PIB dos países do bloco para o gasto militar. Vale observar que estes 2% estão muito acima dos níveis de gasto militar da maioria de países da UE. Evidentemente, esse acordo tem como finalidade dinamizar a indústria militar nos Estados Unidos.

Esse é, talvez, o erro de cálculo mais grave das classes dominantes da região, pouco interessadas em uma análise mais pertinente da economia e da geopolítica mundial e profundamente subordinadas a interesses, principalmente ideológicos, que lhes aportam réditos econômicos particulares.

A segunda razão que propomos para uma duração efêmera do ciclo de reinstauração conservadora é o potencial da resposta popular e da consciência política acumulada ao longo de mais de uma década de participação da população organizada, das comunidades, dos movimentos populares em diferentes esferas de gestão de governo e tomada de decisão nas várias e diversas experiências de construção de poder popular na região. Quanto maior o desdobramento de projetos neoliberais articulados para a contenção do gasto público, para a redução do investimento em políticas sociais, para a criação de estruturas normativas que legitimem a perda de direitos trabalhistas e civis, para a perda da soberania, a redução dos serviços de saúde e de educação etc., mais rápido será o desgaste político e a corrosão da base social que, eventualmente, apoia este processo. Daí vem a necessidade de restaurar práticas autoritárias, antidemocráticas e de criminalização dos espaços e mecanismos democráticos.

Do anterior se deduz que uma análise histórica de longa duração seja talvez uma das dimensões analíticas mais contundentes para esclarecer as tendências da conjuntura latino-americana que se inicia no final de 2015, com a escolha de Mauricio Macri na Argentina, seguida da destituição da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, e o aumento das tentativas

de derrubar o governo de Nicolás Maduro na Venezuela.

O conteúdo democrático das lutas

A América Latina tem uma vasta tradição de lutas democráticas, do período da colônia, quando os poderes locais chegaram a exercer uma presença significativa e a colocar em risco o poder colonial, por meio dos conselhos de comuneros - vide o levante dos Comuneros no Paraguai (1717-1735) ou a Rebelião de Tocuyo na Venezuela (1749-1751), por exemplo. As lutas pela independência resultaram em governos republicanos com poucas exceções, como no caso do Brasil.

Durante todo o século XIX, a luta pelo fim da escravidão e do servilismo foi permanente e alcançou a sua culminação com algumas das vitórias mais importantes, como foi a descolonização de Cuba e de Porto Rico, que os Estados Unidos tentaram acachapar em nome de sua participação na “guerra contra a Espanha”. Essa estratégia de anexação teve um sucesso relativo em Porto Rico e uma forte oposição em Cuba, cujo processo abriu caminho, 50 anos depois, ao triunfo do movimento guerrilheiro comandado por Fidel Castro.

Desta maneira, a soberania dos povos se aproxima da soberania nacional, já que a autonomia dos Estados nacionais é condição para o exercício da soberania dos povos. Vale ressaltar que tanto a soberania dos povos quanto as soberanias nacionais em nosso continente se integram fortemente à ideia de uma soberania regional. A força da figura de Bolívar é prova da dimensão profunda do ideal de soberania regional contra um poder considerado ameaçador, que seria o dos Estados Unidos quando se apodera de terras mexicanas e levanta a doutrina Monroe como base de uma visão hemisférica pan-americanista, que se opõe drasticamente à unidade sub-regional.

É muito importante destacar que as lutas pela democratização e contra as ditaduras dos anos 50, 60 e 70 tiveram um forte con-

teúdo regional. A manutenção do processo revolucionário em Cuba se articula com o ideal martiniano da “Nossa América”. Ideal contra o qual se posicionou a Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a imposição dos Estados Unidos, quando promoveu a ruptura das relações de todos os países da região com Cuba, exceto o México. Historicamente, a afirmação de projetos de direita no continente sempre passou pela negação e o combate à unidade continental.

No âmbito econômico, os projetos de desenvolvimento envolveram sempre uma cooperação regional, que teve dificuldade de se realizar pela oposição sistemática dos Estados Unidos e dos instrumentos criados ao longo do século XX no contexto do desenvolvimento pan-americanista. Só no início do século XXI se pode verificar que essa acumulação de lutas históricas consegue se materializar na criação de espaços continentais de integração como a União de Nações Sul-americanas (Unasur), em 2007, e a Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (Celac), em 2012, com um elemento crucial para o sucesso da cooperação continental: a participação de todos os países do Caribe que já tinham alcançado uma cooperação inter-regional importante, por meio da Comunidade do Caribe (Caricom).

Essa integração econômica requer uma integração política baseada em governos populares e em sistemas democráticos que envolvem a participação direta das comunidades, da sociedade civil e dos povos na gestão do Estado. A construção dos Estados Plurinacionais na Bolívia e no Equador, ao incorporar diversas esferas do poder comunal ao poder do Estado, não representa só um questionamento ao modelo de Estado moderno europeu (e estadunidense) que inspirou a formação dos Estados nacionais na América Latina, mas também nos coloca diante da possibilidade de dar um novo significado à democracia representativa, ao incorporar poderosos instrumentos de participação popular. Tal conjunto de experiências encontra uma expressão mais radical nas tentativas de construir um poder popular que surge da organização comunitária de base, como ele-

mento estruturante de uma nova concepção de democracia participativa. A compreensão destes processos políticos requer a formulação de novos enfoques teóricos sobre o Estado na América Latina, e abriu uma ampla discussão em torno de um novo constitucionalismo.

As experiências de participação comunitária na Venezuela, muito próximas das de Cuba, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil e a Via Camponesa influenciaram programas e projetos políticos em todo o continente, como o Orçamento Participativo no Brasil e as experiências de autogestão na Argentina, Nicarágua, etc. Como expressão deste movimento de “debaixo para cima”, podemos citar em particular a criação do Fórum Social Mundial, que elevou esta visão regional à esfera do debate mundial.

Todas estas experiências demonstram as inquietações sociais diante das fraquezas da democracia representativa para atender às demandas das forças populares. Tema que está em discussão a partir de mobilizações de massa nos últimos anos no Brasil, por exemplo, e em outras partes da região, que expressam uma perda de legitimidade das formas de representação política.

Ameaças e resistências

A. Os “golpes suaves” e a criminalização da política

Neste contexto, é previsível o amplo desdobramento de ações sistemáticas das classes dominantes e dos centros hegemônicos do poder mundial para inviabilizar e impedir a consolidação dos avanços democráticos na região. A ofensiva antidemocrática iniciada com o falido golpe de Estado contra o governo constitucional de Hugo Chávez na Venezuela (11 de abril de 2002) encontra o seu auge no novo ciclo de restabelecimento conservador que se inicia no final de 2015.

Fracassados o golpe de Estado na Venezuela, a tentativa de golpe de Estado no Equador

(2010) sob a condução de setores da Polícia Nacional, e a preparação de uma confrontação armada na Bolívia, é elaborada uma intervenção mais sofisticada, com o mesmo objetivo do restabelecimento do projeto neoliberal. Esta estratégia começa a se desenhar na experiência de Honduras, que demonstrou que uma aliança do Parlamento com o Poder Judiciário, ainda com uma participação militar pouco importante mas com o poderoso instrumento dos meios de comunicação monopólicos, consegue derrocar o governo de Manuel Zelaya (2009). O mesmo experimento foi repetido no Paraguai (2012), onde as instâncias de integração sul-americana, particularmente a Unasul, não conseguiram mudar o rumo do processo golpista.

No caso do Brasil, imediatamente depois de uma derrota eleitoral da direita, instala-se um processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, que usa uma aparência legal por meio da combinação de processos jurídicos sem fundamento, articulação sistemática de lobbies empresariais e políticos, manipulação de movimentos de rua e a coordenação de todo o sistema midiático multimídia. Assim se consegue concretizar um golpe de Estado institucional, com a destituição da presidenta da República sem a comprovação de nenhum crime.

B. O restabelecimento neoliberal

Diante da expansão dos governos populares do século XXI, os representantes do grande capital se dedicaram a uma ação sistemática, com o objetivo de restaurar o projeto neoliberal. Em primeiro lugar está o convencimento de que a hegemonia dos Estados Unidos sobre o sistema mundial é - e deve ser - mantida, perante a expansão econômica, política e ideológica originada nas regiões consideradas periféricas. Esta negação sistemática dos fatos conduz à ideia da restauração da hegemonia estadunidense como princípio ideológico.

Em segundo lugar, a tentativa de preservar o papel determinante do chamado “livre mer-

cado” apoiado na ideia do intercâmbio entre produtores privados organizados pela mão invisível do mercado. Esta visão ignora o papel fundamental dos monopólios privados e da intervenção estatal como os organizadores de um mercado mundial que determina cada vez mais os mercados nacionais e locais. O sistema que se estrutura depois da Segunda Guerra Mundial, sob a liderança do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, é concebido como uma forma de viabilizar economias de livre mercado, quando de fato são gigantescas formas de intervenção do Estado, especialmente sobre as economias periféricas e dependentes.

Em terceiro lugar, diante das mudanças de correlação de força e das estratégias geopolíticas de alcance regional que se desdobram cada vez mais em estratégias mundiais, o centro do sistema tenta garantir a sua hegemonia por meio de ações militares, atos de força e controle ideológico que têm um alto custo econômico, financeiro e humano.

Quarto aspecto, ao ignorar os interesses de amplos setores da população afetados por essas políticas e ao depreciar a sua capacidade de reação, configura-se uma visão do mundo e um sistema irracional que põem em risco a sobrevivência da humanidade, seja pela crescente militarização e pelas guerras permanentes, seja devido a uma capacidade colossal de destruir o meio ambiente e o planeta.

C. Recolonização e militarização dos territórios

A expansão da demanda mundial por recursos naturais aprofunda essas contradições. A disputa pelo acesso, pela gestão e apropriação de recursos naturais estratégicos se converte em um elemento central da acumulação capitalista que privatiza e leva à financeirização da natureza. A visão estratégica dos Estados Unidos, que estabelece que o acesso e a gestão de recursos naturais são uma “questão de segurança nacional” que garante “a saúde de sua economia e de sua população”, foi capaz de articular uma estratégia multidimensional

de apropriação de recursos naturais a nível global, na medida em que as principais reservas se encontram fundamentalmente fora de seu território continental e de ultramar. A partir desta visão, os Estados Unidos lançaram um conjunto de políticas de recolonização dos territórios e dos países detentores desses recursos.

Na América Latina, temos inúmeros exemplos do começo desta estratégia, que combina instrumentos militares, políticos, diplomáticos e econômicos, e cujos operadores, as empresas transnacionais que atuam no setor, desenvolvem também estratégias globais². O ciclo de restabelecimento conservador na América Latina colocou, como um dos principais objetivos de seus programas, a articulação dos governos a esta visão estratégica dos Estados Unidos, por meio de uma política sistemática, voltada a debilitar os processos de integração regional que se desenvolvem no marco de uma nova visão de soberania, em relação ao aproveitamento e gestão destes recursos.

Neste contexto, abre-se a necessidade de um debate sério para analisar as tendências da conjuntura atual na América Latina e elaborar uma agenda regional que articule a ação das forças progressistas diante das ameaças às conquistas populares e do restabelecimento do projeto neoliberal que unifica os interesses da direita. ⏪



2 V. ide: BRUCKMANN, Monica. “Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana”. Editorial da Vice-Presidência da Bolívia: La Paz. 2016.

Golpes de Estado de novo tipo e involução democrática

Atilio A. Boron

Uma das infelizes novidades da época atual foi o surgimento de um novo tipo de golpe de Estado, claramente diferenciado dos sofridos durante grande parte do século XX pelos países da América Latina e do Caribe. No passado, quando havia um golpe de Estado, falava-se, com razão, de um “golpe militar”. Toda a extensa literatura da ciência política e da sociologia, entre os anos 50 e 70 do século passado, está inundada por títulos de livros e artigos que levam esse nome: “golpe militar”. Não mais.

Isso significa que os golpes de Estado desapareceram da cena latino-americana, enterrados para sempre graças à vitalidade e/ou consolidação de seus regimes democráticos? A resposta é não; o que houve é uma metamorfose dos golpes de Estado, em linha com as transformações ocorridas na anatomia do poder social. Os intelectuais do império falam agora do “poder suave” (soft power) e afirmam que é mais efetivo que o seu predecessor, baseado mais na força que na manipulação das consciências. Em paralelo com esta transformação, o golpe de Estado também passou por uma mutação, e as enferrujadas baionetas dos militares foram substituídas pelo mortífero ménage à trois do terrorismo midiático, do processo judicial e do inquérito parlamentar. Tudo isso no marco de um acentuado processo de involução política que converteu, em graus variáveis tanto nos capitalismo avançados

quanto nas turbulentas periferias do sistema, democracias burguesas em sórdidas plutocracias. Disputa presidencial entre milionários nos Estados Unidos, há anos; Silvio Berlusconi como o czar dos meios que devora a política italiana; ou o “rei do chocolate” Petro Poroshenko na Ucrânia; Sebastián Piñera no Chile, e Mauricio Macri na Argentina são provas vivas dessa deplorável involução.

Agora vejamos quais são as razões da degradação da vida democrática. Referindo-nos ao caso dos países da América Latina, diremos, em primeiro lugar, que a causa endógena profunda da instabilidade política em nossos países foi a obstinação das classes dominantes e de seus aliados em desconhecer que a democracia é algo que vai muito além do estabelecimento de um conjunto de regras do jogo que determinam como se acessa a posições de poder. Uma democracia digna desse nome tem que ser um eficaz instrumento para a construção de uma sociedade justa e, ao mesmo tempo, uma expressão dos avanços alcançados para a justiça social. Assim como havia sido indicado por numerosos autores inscritos na tradição socialista, existe uma irreconciliável contradição entre capitalismo e democracia¹.

¹ O texto que elabora esse argumento de modo exaustivo é o livro de Ellen Meiksins Wood, *Democracia contra capitalismo. Renovando el materialismo histórico* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1999). Uma reflexão da América Latina se encontra em nosso *Aristóteles em Macondo. Notas sobre Democracia, Poder e Revolução na América Latina* (Buenos Aires e Córdoba: Ediciones Luxemburg e Editorial Espartaco), 2014.

Atilio A. Boron é diretor do Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini (PLED), Buenos Aires, Argentina. Prêmio Libertador do Pensamento Crítico 2013. www.atilioboron.com.ar

O primeiro é por definição uma estrutura econômica e social geneticamente antidemocrática sempre que se constitui a partir da cisão estrutural entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, condenando os segundos a depender, para assegurar a sua sobrevivência, de que os primeiros considerem rentável contratar a sua força de trabalho.

O resultado é uma sociedade profundamente desigual, que só admite — e isso após longas e inflamadas lutas — algumas emendas marginais para a sua injustiça original. A democracia, no entanto, é um regime político e social baseado na igualdade; não só na parte formal, que é importante, mas sim na substantiva, na qual faz as condições de vida da população. Isto é assim não só para a tradição marxista, mas também para o liberalismo conservador e aristocrático de Alexis de Tocqueville: tanto para o marxismo como para a concepção tocquevilliana, a democracia é a expressão política de uma sociedade de iguais — ou pelo menos de potencialmente iguais — ou pelo menos orientada para a entronização da igualdade social. Por isso, lhe assiste a razão a Boaventura de Sousa Santos, quando ao revisar o descendente itinerário histórico da democracia concluiu que:

“A tensão entre capitalismo e democracia desapareceu, porque a democracia começou a ser um regime que no lugar de produzir redistribuição social a destrói [...] Uma democracia sem redistribuição social não tem nenhum problema com o capitalismo; ao contrário, é o outro lado do capitalismo, é a forma mais legítima de um Estado fraco.”²

Os golpes de Estado, agora os de novo tipo, procuram corrigir os “erros” da massa plebeia que, por sua ignorância e ofuscamento, e graças ao sufrágio universal, pode alçar à presidência qualquer demagogo que lhe prometa o céu na terra, esquecendo-se que, como lem-

2 Boaventura de Sousa Santos Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social. (Buenos Aires: CLACSO/Instituto Gino Germani: 2006). pg. 75.

bram os políticos e publicitários da burguesia, na sociedade não existem os “almoços grátis”.

Ingerência externa

Além desses fatores endógenos, que originam os golpes militares, estão os de caráter exógeno, ainda que deve-se esclarecer sem mais demora que a diferenciação entre estes e os de caráter endógeno é mais analítica que real. Uma palavra sintetiza a natureza destes fatores, supostamente “externos”: imperialismo. Isto é, a contínua ingerência dos Estados Unidos por meio dos mais variados dispositivos — políticos, sociais, ideológicos, mediáticos, militares, policiais, econômicos e financeiros — na vida das sociedades latino-americanas. Há de se acrescentar também aqui o nefasto papel desempenhado pelos erroneamente denominados organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), que segundo um dos mais sofisticados intelectuais do império, Zbigniew Brzezinski, são meras extensões do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos; e pelas grandes empresas transnacionais, apoiadas invariavelmente pelos governos dos países nos quais têm suas casas matrizes. Desse modo, se terá uma visão superficial da enorme gravitação que estes agentes têm no desenvolvimento da vida política dos países da área³. Um dado adicional que permite apreciar em seus justos termos a influência estadunidense na região — algo que é metodicamente subestimado, quando não descartado por completo pelo saber convencional das ciências sociais — é o que um estudioso norte-americano denominou “a presunção hegemônica” que os círculos dominantes dos Estados Unidos compartilham em relação à América Latina⁴. Essa

3 Refirindo-se explicitamente ao Banco Mundial e ao FMI, Brzezinski diz que: “...são instituições fortemente dominadas pelos Estados Unidos”. O mesmo cabe dizer do BID. Cf. Zbigniew Brzezinski, El Gran Tablero Mundial. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos (Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998), p. 37.

4 O texto canônico sobre o tema foi escrito por

presunção, profundamente arraigada inclusive em expressões políticas relativamente progressistas nesse país, significa que os que se situam ao Sul do Rio Bravo devem estar sob a permanente tutela da Casa Branca. E isso não é novo. Assim o expressou claramente o presidente Theodor Roosevelt no que passou a ser conhecido como o “Corolário Roosevelt”. Corolário, assim como o ideava sem rodeios o presidente estadunidense, da Doutrina Monroe (1823). Em seu Discurso sobre o estado da União diante do Congresso dos Estados Unidos, em 6 de dezembro de 1904, disse que:

“Não é certo que os Estados Unidos desejem territórios ou contemplem projetos em relação a outras nações do hemisfério ocidental exceto os que forem para o seu bem-estar. Tudo o que este país deseja ver são nações vizinhas estáveis, em ordem e prósperas. Toda nação cujo povo se conduza bem pode contar com nossa cordial amizade. Se uma nação mostra que sabe como atuar com eficiência e decência razoáveis em assuntos sociais e políticos, mantém a ordem e paga as suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Um mal crônico, ou uma impotência que resulta na deterioração geral dos laços de uma sociedade civilizada, pode, na América, como em outras partes, requerer finalmente a intervenção de alguma nação civilizada, e no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que seja com resistência, ao exercício do poder de polícia internacional em casos flagrantes de tal forma crônica ou impotência.”⁵

Abraham Lowenthal, “Two hundred years of American Foreign Policy. The United States and Latin America. Ending the hegemonic presumption”, em *Foreign Affairs*, Outubro 1976.

5 Ver o discurso de Roosevelt em: <http://www.info-please.com/t/hist/state-of-the-union/116.html>
Examinamos detalhadamente as suas implicações contemporâneas em nosso *América Latina en la Geopolítica del Imperialismo* (Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012), pp. 64-66.

Infelizmente, os cientistas políticos formados na tradição anglo-saxônica ignoram essa claríssima advertência formulada nada menos que pelo primeiro Roosevelt e onde deixa estabelecidas as bases ideológicas e morais que justificam a intervenção da Casa Branca nos países da área. Por exemplo, quando Evo Morales recupera para a Bolívia as riquezas em hidrocarbonetos desse país, está incorrendo em um ato claramente indecente, além de ineficiente, assim como quando Salvador Allende fez o mesmo com a nacionalização das minas de cobre (“o salário do Chile”, dizia o presidente mártir) ou a reforma agrária; ou quando Hugo Chávez recuperou o petróleo venezuelano ou Rafael Correa ordenou a evacuação da base de Manta e outorgou asilo diplomático para Julian Assange. Ou, caso extremo, quando a Revolução Cubana decidiu acabar com a sujeição da ilha aos ditados de Washington, fazendo-se passível do mesmo escarmento. Em resumo: todas essas iniciativas, contrárias de forma evidente à “eficiência e à decência”, que deve ter um governo, não fizeram outra coisa que desatar a necessária intervenção corretiva dos Estados Unidos, que assim procedem com a arrogância soberba e a arbitrariedade de quem está convencido de ter a justiça e a moral de seu lado.

O “golpe suave”

Sobre esta plataforma ideológica, filha do messianismo herdado de seus primeiros colonos e da “supremacia” racial própria do Destino Manifesto, se constrói a parafernália institucional e a estratégia política que conduz inevitavelmente ao “golpe suave”. Por isso o orçamento federal dos Estados Unidos aprova, ano após ano, enormes somas de dinheiro especificamente destinadas a “reanimar a sociedade civil”, onde o Tio Sam a encontra passiva e desorganizada; para educar nas virtudes da “boa governança” líderes políticos e sociais contrários aos governos progressistas e de esquerda; para ensinar “boas práticas” a juizes, fiscais e legisladores dos países em questão, assim como para treinar jornalistas nos últimos avanços da comunicação social e

para gestar o clima destituente que garanta o sucesso da operação. Isto, além dos dinheiros que com estes mesmos fins aparecem camuflados no orçamento (sob o título de “ajuda” administrada pela Usaid) ou simplesmente não aparecem, como o orçamento da CIA e de outras agências de inteligência dos Estados Unidos encarregadas de abater governos não alinhados.

No final das contas, serão aqueles atores os que lutarão contra os governos adversários para pôr fim a políticas que o império considera contrárias a seus interesses. Toda essa operação vai acompanhada, logicamente, de uma sustentada penetração de todo tipo – equipamento, logística, cursos de instrução, exercícios conjuntos, etc. – nas forças armadas, garantidoras em última instância da eficácia do “golpe suave”. Porque ainda que não se precise dos militares na rua para destituir um presidente de esquerda, eles são necessários para os trabalhos de “limpeza política” que, conjuntamente ao paramilitarismo ou com os “grupos de tarefa”, inexoravelmente serão postos em andamento na hora de construir a nova ordem. Em resumo, toda uma nova metodologia golpista, na qual a derrubada de um governo indesejável é, em princípio, indolor e inaudível.

Diferente dos golpes militares, cujos preparativos eram indissimuláveis, a conspiração dos novos golpistas é silenciosa e quase imperceptível, salvo para uns poucos. Não tem o alarde do golpe militar, pois se disfarça com roupagens legais e irrepreensivelmente republicanas. Aparece como resultado da aparente normalidade e previsibilidade das instituições democráticas: uma Câmara que denuncia, um Senado que julga, juízes que condenam, e uma oligarquia midiática que dispõe da artilharia necessária para adormecer a opinião pública e justificar a destituição do (ou da) presidente e a usurpação de seu cargo. Mas o “golpe suave” é um gigantesco engodo à vontade popular, ao jogo democrático e, além disso, é tão sangüinário quanto seus predecessores. Os casos de Honduras e do Paraguai demonstram taxativamente o que estamos dizendo. ⚡



Eleições de 2016 e algumas lições do Brasil

Roberto Amaral

Da debacle das esquerdas¹ e das forças populares nas eleições municipais brasileiras de outubro deste ano² - fruto da acumulação de erros táticos e estratégicos, além de desvios éticos -, emerge um quadro sobre o qual é preciso refletir, para dele retirar os ensinamentos necessários. Tarefa de quem quer aprender com a história para não ficar repetindo erros. São muitas as lições, e a primeira é a falácia da conciliação de classes com a qual tanto namorou o lulismo no governo. Trata-se, porém, essa debacle, de derrota que não pode ser recebida com surpresa por nenhum observador de nossa cena política, pois foi anunciada (para quem quis ver e ouvir) pela prévia derrota no debate ideológico³ e na disputa pela hegemonia. Mas

1 Em comparação com 2012 (última eleição municipal), o Partido dos Trabalhadores-PT (partido hegemônico da esquerda brasileira) perdeu 10 milhões de votos (que não foram desviados para nenhuma outra organização de esquerda) e 242 prefeituras (dados do primeiro turno), o que corresponde a 45% de seus prefeitos e 60% de seus vereadores.

2 Envolvendo a eleição dos prefeitos e dos vereadores das Câmaras Municipais de todos os 5.570 municípios brasileiros, e mobilizando um eleitorado de 145 milhões (dados do Tribunal Superior Eleitoral-TSE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE).

3 As limitações deste texto não permitem uma análise sobre as transformações ideológicas operadas na sociedade brasileira e que começaram a ficar evidentes a partir das chamadas “jornadas de junho” de 2013. Registro apenas um elemento, ainda à espera de seus exegetas, que é o avanço da pregação dos

Roberto Amaral é escritor e cientista político, autor de *A serpente sem casca (da crise à Frente Popular)*. Foi ministro da Ciência e Tecnologia no primeiro governo Lula.

esse fato objetivo não encerra a história toda e exige um mínimo de contextualização. É o difícil projeto deste pequeno texto.

O processo político, que se traduz no Brasil também pelo avanço do pensamento e da ação de direita - entre nós em proporções desconhecidas desde a redemocratização de 1945 com a queda do ‘Estado Novo’⁴ -, guarda, sem dúvida, relações com os quadros internacional (nomeadamente a ascensão da direita nos EUA e na Europa) e latino-americano. Em particular, na América do Sul, com a crise venezuelana, a eleição de Mauricio Macri na Argentina, a consolidação da direita no Peru e, finalmente, a vitória do Não no plebiscito colombiano com o protagonismo do ex-presidente Álvaro Uribe, no papel de líder da direita ortodoxa. Por óbvio que sobre nosso quadro político-institucional agiram, e intensamente, os interesses norte-americanos, insatisfeitos, principalmente, com a política externa brasileira, sobretudo a que se praticou entre 2003 e 2011.

Não foi esse, todavia, o elemento decisivo.

Essas eleições não podem ser compreendidas fora da crise política do governo de Dilma Rousseff e da crise ético-política do Partido

evangélicos pentecostais, que, no Brasil, cresceram, de 1980 para 2010, de 3,2% para 13,3% da população. A propósito do voto de direita nas áreas de predomínio pentecostal, ver *A Geografia do voto nas eleições Presidenciais do Brasil: 1989-2006*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2010.

4 Assim se autodenominou a “ditadura Vargas” (1937-1945).

dos Trabalhadores (PT), nem da articulação que, com vistas ao golpe, reuniu o grande capital financeiro e o agronegócio, os grandes meios de comunicação de massa, setores significativos do Poder Judiciário e da alta burocracia estatal (como a Polícia Federal e o Ministério Público). Foi exatamente essa articulação que assegurou a vitória do “golpe de Estado de novo tipo”⁵ (mas bem conhecido da História brasileira)⁶, operado pelo Congresso Nacional mediante o *impeachment* que decretou a cassação do mandato legítimo da presidente, abrindo caminho para a instauração de um Estado autoritário em trânsito para uma “ditadura constitucional” apoiada pelo Poder Judiciário.

Essa mesma articulação atuou claramente durante as eleições e é uma das responsáveis pelos seus resultados.

5 Generalizou-se a expressão para significar, em contraste com a tradição latino-americana, aqueles golpes levados a cabo sem o emprego da violência militar (Brasil-1964, Chile-1973, por exemplo), de que são exemplos os sucessos de Honduras (2009) e do Paraguai (2012). Com o mesmo sentido, os autores alemães consagraram o conceito de “Ein kalter Putsch” (golpe frio). Um desdobramento é a expressão “ditadura constitucional”, com a qual definimos o atual regime brasileiro. Outra característica sua é o que denominamos como “golpe continuado”, sempre inconcluso e em processo, de implantação a um tempo gradual e continuada.

6 Entre muitos outros exemplos: (1) em 1955, para assegurar a posse dos eleitos no pleito presidencial, Juscelino Kubitschek e João Goulart, ameaçada, o Congresso Nacional declarou “inabilitados para o exercício da presidência” (figura desconhecida pelo direito constitucional brasileiro) o Presidente Café Filho e o vice-presidente (deputado Carlos Luz presidente da Câmara dos Deputados), e deu posse, seguindo ordem constitucional da sucessão, ao presidente do Senado, senador Nereu Ramos; e (2) em 1961, em face da renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart, o Congresso Nacional, consolidando um acordo, transformou, em uma noite, o regime presidencialista em parlamentar, reduzindo os poderes do presidente da República (eleito em um regime presidencialista) e assim assegurando sua posse.

Crise ética

A história não fica bem contada se não vier à baila a crise ética que se abateu sobre as administrações Lula-Dilma, e sobre o PT e seus mais destacados dirigentes, acusados de supostos crimes de corrupção. Essas acusações, muitas atingindo mesmo a figura do ex-presidente Lula - ícone da esquerda brasileira e o mais importante líder popular de nosso campo -, ampliadas e exploradas pela direita, e tonitruadas pelos meios de comunicação, levaram a crise para a domesticidade da política partidária, animando as reações oposicionistas e mesmo movimentos de massa. De uma forma ou de outra, consumado o *impeachment*, as ações do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário - em andamento como moto-contínuo - se transformaram em verdadeira “caça às bruxas”. Digna dos piores momentos do macarthismo norte-americano, foi voltada contra o PT (ameaçado de ter cassado seu registro junto à Justiça Eleitoral) e especialmente contra o ex-presidente, ameaçado de prisão e contra quem foram abertos (e continuam sendo abertos) inumeráveis processos policiais e judiciais, todos de nítido fundo político, e todos tentando vincular sua imagem à de um político corrupto, com o claro escopo de desmoralizá-lo frente à opinião pública e às massas trabalhadoras.

As eleições foram travadas já com o país sob o regime Temer comandando a perseguição de seus adversários. A legislação eleitoral que as presidiu foi concebida para fortalecer os candidatos do poder e dificultar a eleição dos candidatos populares, ou seja, daqueles que não contavam com o apoio das máquinas políticas e econômicas. Assim, o tempo de campanha foi reduzido (para beneficiar os titulares de cargos públicos e os que têm exposição permanente nos meios de comunicação, como apresentadores de televisão e, de forma especial e abusiva no Brasil, os reacionários pastores evangélicos); a participação de partidos e candidatos no rádio e na televisão foi minimizada (candidatos de partidos pequenos, como o PSOL, tinham, na campanha majoritária, algo como 15 segundos de exposição

contra uma média de cinco minutos de seus adversários); os debates foram reduzidos a um quase nada, premidos, sempre, por formatos esterilizantes em altas horas da noite.

As eleições foram ainda travadas com o país em retração econômica, com elevadas taxas de desemprego e inflação ascendente, mazelas que a sociedade, trabalhada pelos meios de comunicação, atribui ao governo de Dilma Rousseff.

Nem por isso as esquerdas brasileiras se uniram. E desunidas amargaram uma derrota sem precedentes desde a redemocratização de 1984. Assim, em um ano, teve de amargar dois significativos reveses, a vitória do *impeachment* (com largo apoio das classes médias e o silêncio das grandes massas) e a vitória da direita nas eleições locais que se acabam de realizar. Com esta derrota, o ciclo nascido com a Constituição de 1988 revelou-se agônico, e com ele falece o ciclo neo-desenvolvimentista, substituído pela associação mutuamente dependente do Estado autoritário com um neoliberalismo fundamentalista.

Sai fortalecido o projeto neoliberal

A emergência das esquerdas e das forças populares, iniciada com os movimentos que assinalaram o fim da ditadura militar (1964-1984), cede vez à ascensão da direita, com o deslocamento do centro, perdido pelas forças populares. É significativa a achapante derrota das esquerdas no estado de São Paulo, a maior concentração proletária do país, seu mais dinâmico polo econômico, financeiro e cultural. Dessa vitória procurará apropriar-se o governo Temer, em busca de um mínimo de legitimidade, e dela se apropriarão as forças reacionárias, que aprofundarão sua campanha antipetista e anti-Lula. Sua anunciada prisão - objetivo das forças conservadoras perseguido em ação comum pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário - ficou mais fácil e mais próxima. Quando ocorrer, surpreenderá tanto quanto o assassinio do Santiago Nasar, de García Márquez.

Em síntese, desse processo sai fortalecido o projeto neoliberal. A este propósito é importante ter em conta, como temos insistido em textos anteriores, que o objetivo do golpe não era ou é o *impeachment* (uma necessidade), nem a posse de Michel Temer (uma contingência). O projeto da direita com essa operação é a implantação de um regime de restrições aos direitos trabalhistas e previdenciários, o congelamento dos investimentos em educação, saúde, ciência e tecnologia, a desnacionalização da indústria nacional, o abandono do projeto de desenvolvimento econômico autônomo, voltando a reinar a dependência da política externa brasileira aos interesses dos EUA, com o fim da política de articulação com os países sul-americanos e a África, o enfraquecimento do Mercosul e dos Brics, o fim dos projetos nuclear, cibernético e espacial brasileiros, por sinal, nossos principais projetos estratégicos. De tão antipopular, o projeto da direita, para sobreviver, poderá ter que transitar do autoritarismo para a ditadura.

Seja para a resistência de hoje, seja para a disputa eleitoral de 2018 - e eis a grande lição da crise--, não há alternativa para as esquerdas brasileiras fora de sua unidade como força hegemônica de uma grande frente ampla, cujo espaço preferencial deve ser a Frente Brasil Popular, que vem atuando desde 2015 e já aglutina os partidos do campo progressista, o movimento sindical, setores significativos dos movimentos sociais, intelectuais e estudantes. Criada em 2015, animava seus fundadores a resistência ao golpe, e logo essa Frente se constituiria em espaço privilegiado da articulação de esquerda, tornando-se responsável, ao lado de outros movimentos e frentes, pela resistência popular ao *impeachment*, e agora, ao governo usurpador, ilegítimo, de Michel Temer. ⚡

Democracia e Estado no Panamá

Marco A. Gandásegui, filho

Iniciamos este artigo com algumas definições e a seguir o dividimos em três partes: a primeira, sobre os quatro tipos de democracia; a segunda, com uma abordagem sobre a democracia e o regime neoliberal e, por último, um panorama sobre a democracia no Panamá.

Algumas breves definições são necessárias para abordar a questão do Estado e da democracia. Podemos entender o Estado capitalista como a correlação de forças entre as diferentes classes sociais - e suas alianças - que disputam o controle sobre os excedentes gerados pela economia, os aparelhos de governo e do monopólio sobre a violência. A democracia, por sua vez, é o regime político que pretende ser o “governo do povo” em busca de sua legitimidade. O Estado neoliberal, por outro lado, define a democracia como o regime político que se adequa às demandas dos monopólios capitalistas em expansão na escala global. O sistema-mundo capitalista do século XXI impõe certas regras sobre os países que fazem parte dele. Num dado momento, por volta da década de 1980, o modelo econômico em construção foi batizado com o nome de “neoliberal”. O regime político, enquanto isso, colocou-se a serviço da reprodução do Estado neoliberal.

Em compensação, o Estado que pretende se liberar das regras do regime monopolista do sistema-mundo capitalista (imperialismo) define a democracia como o regime político que aplica políticas independentes dos monopólios globais.

Marco A. Gandásegui, filho, professor de Sociologia da Universidade do Panamá e pesquisador associado do CELA.

Segundo Wallerstein (2016), o Estado neoliberal representa a fase terminal do capitalismo como forma organizada de produção. Sua decadência se baseia teoricamente em sua incapacidade de gerar excedentes. Empiricamente, este fato fica demonstrado pela “recessão secular” que caracteriza o capitalismo do século XXI. Quem promove o “rompimento” com o neoliberalismo pretende construir sociedades alternativas.

Entre os dois modelos se estabelece uma luta ideológica com consequências econômicas e políticas. Paradoxalmente, ambos regimes declaram sua adesão a uma forma de organização política que chamam de democracia. Compartilham certas regras formais -produto de longas lutas históricas - como os processos eleitorais e a prestação de contas.

Tipologia

Conjugando os elementos mencionados, é possível observar quatro tipos possíveis de democracia no Estado capitalista do século XXI. Naquela dominada pelos monopólios, os setores subordinados não possuem formas de expressão e foram expropriados de seus instrumentos de luta. A segunda é a democracia que também está sob o domínio dos monopólios mas em que há disputa por hegemonia. Isto é, os setores subordinados possuem múltiplas formas de expressão e contam com importantes instrumentos, como partidos políticos e entidades sindicais, e estão presentes nos aparelhos ideológicos (meios de comunicação, educação, incluindo o mundo privado).

No terceiro tipo, os monopólios perderam sua hegemonia e são subordinados aos mecanismos

governamentais que regulam suas atividades. No entanto, conservam um controle significativo dos meios de produção e das formas de expressão, que continuam sendo muito poderosas: meios de comunicação, partidos políticos e a esfera privada (igrejas e família). Por último, no quarto tipo, os setores antes subordinados assumem o papel de dominantes e hegemônicos. A democracia nestas condições expulsa os monopólios do Estado e expropria seus instrumentos de luta.

Na América Latina, o tipo mais comum de democracia durante o século XX (e no momento atual) foi o primeiro: o regime político sob domínio dos monopólios. Neste caso, encontramos regimes militares que vão de Pinochet ou Videla, que usavam a auréola da democracia mas não toleravam a dissidência, até governos civis como os da Costa Rica e do Uruguai, na atualidade, em que a classe dominante também é hegemônica. No segundo tipo, em que a dominação se aplica com uma hegemonia disputada, as negociações entre os setores dominantes e subordinados são constantes, há mais tolerância, porém complementada por uma alta cota de repressão. Exemplos deste tipo se expressam em países como o Chile, o México e a República Dominicana.

A terceira categoria de democracia latino-americana apareceu nos últimos 15 anos, em que os poderosos monopólios ainda existentes não dominam as instâncias políticas ou ideológicas. Um conjunto de fatores permitiram que alianças políticas - lideradas por partidos progressistas - chegassem ao poder mediante eleições. Segundo analistas, o fator econômico foi decisivo. A perda de hegemonia dos monopólios (oligarquias global e nacional) e os altos preços dos produtos (commodities) de exportação, abriram uma janela de oportunidades que foi aproveitada pelos movimentos sociais que conquistaram o poder político: a Venezuela, o Equador e a Bolívia são bons exemplos. Também se pode mencionar o Brasil, a Argentina e o Uruguai, cujas experiências sofreram retrocessos significativos. Os três primeiros se destacam por serem movimentos que se politizaram e mantêm a liderança dentro da rede de

alianças que construíram. Os três últimos não conseguiram consolidar seus avanços e foram tirados do poder. A experiência do Brasil (2016), inclusive, se parece muito à do Paraguai (2012) e de Honduras (2007), cujos presidentes foram removidos por golpes parlamentares.

O quarto tipo de democracia é representado na região por Cuba, que expulsou os monopólios de seu país. A Revolução cubana que venceu em 1959 arrebatou a hegemonia da classe dominante e permitiu às classes subordinadas construir um modelo de regime político totalmente original. A democracia participativa (socialismo) num “estado de guerra” ainda vigente, 57 anos mais tarde, passou por várias etapas, todas dirigidas à sua consolidação.

O ‘neoliberalismo’

No momento em que o neoliberalismo se consolidava na região (há 25 anos), Ruy Mauro Marini, assinalava que “nos debates que se dão na América Latina sobre a democracia, esta é entendida essencialmente como o Estado que garante os direitos dos cidadãos e lhes assegura mecanismos de intervenção na escolha dos governantes e, por essa via, na opção por determinadas políticas”. A participação direta dos governados na determinação dessas políticas ainda não foi proposta.

A democracia é tomada como algo adjetivo, um conjunto de procedimentos e mecanismos capazes de qualificar e, em alguns casos, corrigir o liberalismo. Ficamos limitados a definir a democracia por seus aspectos formais, em vez de pensá-la de forma dinâmica. Ou seja, a democracia é a forma como a sociedade civil (a população, suas organizações, suas classes sociais) e o Estado se relacionam.

No início da década de 1990, a maioria dos povos da região confundiu o retorno à democracia, após um longo período de governos militares, com a montagem de estruturas que dariam plena liberdade de ação às políticas neoliberais. A democracia coincidia, segundo os partidos neoliberais, com a descentralização, a desregulação e a flexibilização da

força de trabalho. As contradições geradas pelas novas políticas neoliberais - pós-militares ou de outro tipo - viram florescer movimentos contestatórios. Em alguns casos, os conflitos não eram canalizados pelos setores dominantes ao carecerem de um projeto hegemônico (partido político). É o caso de Venezuela, Bolívia e Equador. O vazio foi ocupado por um movimento de massas liderado por um projeto de libertação. Em outros casos, os movimentos contestatórios conseguiram negociar alianças com setores retirados da cúpula da classe dominante, o que lhe permitiu vencer as eleições entre 2002 e 2015: o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Algo similar ocorreu com a Nicarágua e com El Salvador, cuja experiência guerrilheira provocou um desenlace que resultou em governos democráticos enquadrados por acordos policlassistas.

Panamá e o projeto de nação

O regime militar panamenho liderado pelo general Omar Torrijos (1969-1981) centrou sua luta na descolonização do país e na administração do Canal do Panamá (que implicava conquistar a posição geográfica do Istmo). Diferentemente dos outros regimes militares da região, enfrentados à crise do capitalismo monopolista global, Torrijos se lançou à consolidação “tardia” do mercado nacional. O aparato militar (Guarda Nacional) se pôs a serviço do objetivo de uma “burguesia nacional” ainda em ascensão, que requeria um pacto social e um projeto nacional (a descolonização da chamada Zona do Canal).

Para chegar ao “pacto social”, a Guarda Nacional reprimiu a direita e a esquerda. Uma vez “controlados” os extremos políticos, propôs um regime que pretendia refletir o enfrentamento de classes no país. Ricaurte Soler (1980) o qualificaria como “bonapartista” no sentido de Marx, que qualificava a ditadura de Luis Bonaparte como um regime que se colocava acima da luta de classes.

Torrijos cumpriu grande parte de seus objetivos de soberania, mas não consolidou o pacto social. Após seu assassinato se impôs um projeto mi-

litarista que finalmente foi utilizado pelos EUA para pôr um fim definitivo ao projeto de nação (aliança de classes) proposto por Torrijos.

Washington cumpriu com o “Tratado Torrijos-Carter” do Canal do Panamá eliminando a chamada Zona do Canal, retirando suas bases militares e entregando a via interoceânica ao governo panamenho. Entretanto, a invasão militar norte-americana em 1989 deixou no poder um setor da oligarquia panamenha que adotou imediatamente o “Consenso de Washington” e aplicou todas as recomendações dos “assessores” neoliberais enviados pelos EUA. O país realizou cinco eleições (a cada cinco anos) entre 1994 e 2014, em que os partidos políticos da oligarquia se alternaram no poder político.

As políticas neoliberais debilitaram as organizações políticas e associativas dos setores populares na medida em que desapareceram os setores produtivos da economia (“tratados de livre comércio”) e os instrumentos ideológicos (meios de comunicação, educação e igrejas) passaram a ser controlados. A oligarquia monopoliza desde 2000 as fontes de renda, produto da posição geográfica privilegiada do país. Só os pedágios do Canal do Panamá representam 5% do PIB. As atividades relacionadas ao trânsito representam 25% da produção nacional.

O projeto de nação tem um componente essencial que é a democracia. Os panamenhos estão construindo, com dificuldades, o país almejado há muitas gerações. Como plasmou o artista plástico de origem cuna Ologwadi, em sua obra “Asaltadores del amanecer”, é necessário ser audaz com os próceres, mas com um destino claro e preciso - e uma nova dose de audácia - como expressou a juventude de 9 de janeiro de 1964. <

Bibliografia

Ricaurte Soler (1976), “Panamá, nación y oligarquía”, *Tareas* (Panamá). Immanuel Wallerstein (2016), “Secular Stagnation, or is it worse?”, *Quito: América latina en Movimiento*, ALAI, 22 de setembro.

A ofensiva e as ameaças do grande capital para a América Latina

Theotonio dos Santos

O debate mundial hoje gira em torno de compreender a profundidade da crise financeira iniciada em 2007 e sua relação com o conjunto de graves limitações do atual sistema mundial para garantir a sobrevivência da humanidade. Estaríamos vivendo uma crise final do capitalismo que até 2016 não alcançou uma recuperação suficiente, ao menos em seus centros mais importantes. Neste contexto geral, as economias hoje chamadas “emergentes” se desvinculam de uma posição subordinada ao sistema mundial e conduzem ao surgimento de diversos grupos de pesquisa que trabalham sobre a crise no mundo.

Como resultado dessa mudança, emergem novos temas, que antes eram menosprezados nos centros de pesquisa conservadores, como a importância da concentração da produção, da renda e das riquezas, assim como da troca mundial de bens e valores. Poderíamos deduzir que seria quase impossível prever e interpretar estes fenômenos antes desprezados ou, inclusive, suprimidos do centro das preocupações científicas.

Theotonio Dos Santos é professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF); investigador nacional sênior da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); presidente da Cátedra Unesco sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reggen); Prêmio Mundial Economista Marxista 2013, da Associação Mundial para a Economia Política (Wape); diretor do Ceppes; Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais da Clacso (2015); Prêmio Cátedra Mestre Torres Gaitán, do IIEc/Unam (2016).

Não penso que seja necessário muito trabalho para localizar as principais tendências que estão se desenvolvendo na economia mundial, para sermos capazes de prever e identificar suas possíveis direções. A verdade é que a crise iniciada em 2007 era relativamente previsível, mas sua profundidade e duração se mostraram mais difíceis de prever, devido à existência de muitos fatores que a condicionam. Se analisarmos globalmente as últimas estatísticas macroeconômicas, veremos que novos poderes econômicos emergem, sobretudo na Ásia, particularmente na China e na Índia.

O governo chinês, principalmente, está ativamente suas reservas (de cerca de US\$ 400 trilhões) que representam um enorme volume de liquidez num mundo onde prevalecem as dívidas nos antigos centros de poder. O antigo grupo das sete maiores economias e a Trilateral (Estados Unidos, Europa e Japão) são cada vez mais incapazes de pagar suas dívidas, em geral maiores que o valor de seus Produtos Internos Brutos (PIB), pois se trata de economias em que prevalecem os déficits comerciais externos e os déficits fiscais internos.

Dessa maneira, predomina a tendência à valorização do yuan, e a China ganha o poder de emitir sua própria moeda com circulação internacional. Isto se multiplica, quando o governo chinês busca fortalecer sua economia criando “fundos soberanos” junto a outras potências superavitárias, com o objetivo de ampliar mundialmente seus investimentos. O governo chinês já vem fazendo isso há algum tempo, enquanto o yuan tem circulação inter-

nacional crescente (de 2% das divisas no mercado internacional em 2012, o yuan alcança 8% em 2016). É dessa forma que países da OPEP e da Ásia que estão atuando na mesma direção podem aumentar sua preferência pela divisa chinesa.

A Venezuela, como veremos, diminuiu muito sua capacidade de influência internacional com a queda drástica do preço do petróleo e perdeu em grande medida a capacidade de criar um fundo soberano poderoso, porque já não possui reservas importantes no momento. Porém, esta situação provisória deve mudar. Vem se tornando necessário que economias poderosas como a brasileira se libertem da ditadura exercida por seus bancos centrais, que impedem a formação destes fundos, além de sabotar a criação do Banco do Sul e do Banco dos Brics, que os colocariam no centro do desenvolvimento das Américas do Sul e Central, do Caribe e do Atlântico Sul. Sem deixar de lado uma política audaz de aproximação do comércio com o Pacífico – centro privilegiado das mudanças na economia mundial.

Transformações no mundo

Após um período de enfrentamento destas mudanças tão prejudiciais para os antigos centros de poder hegemônico, iniciou-se uma ofensiva comandada pelos Estados Unidos de pressão sobre as economias do antigo Terceiro Mundo, com um movimento concentrado na queda do preço internacional do petróleo. Este quadro levou a tentativas de golpe e a invasões contra os centros alternativos ao poder de tais potências. Assim, os Estados Unidos desatam uma situação de caos no Oriente Médio, centrado no Irã, Iraque, Síria, Líbia e estendendo-se ao Paquistão e Afeganistão, mas perdendo poder em toda a zona.

Ao naufragar em suas tentativas de dominar o Oriente Médio, os Estados Unidos tentam frear o crescimento da Rússia e sua influência crescente na região historicamente vinculada à União Soviética. A tentativa de encurralar a Rússia por meio de um golpe na Ucrânia des-

emboca na perda da Crimeia. Entretanto, tudo se agravará com o fim da debacle do petróleo, com a dificuldade de integrar a Turquia numa frente fracassada no Oriente Médio e na Síria, em particular. Toda a ofensiva desatada na região está em grave crise em razão do aumento do preço do petróleo. Se a Venezuela ainda consegue estar sob o domínio da esquerda, nos próximos anos, seguramente entrará nesse esquema de aproveitamento produtivo das reservas já descobertas e sua utilização como fundo de investimento que sirva de base, inclusive, para fundos de investimento privados e compra de empresas mistas. É muito interessante antecipar esta situação porque, como veremos, o uso estratégico dessas reservas pode reverter rapidamente os impasses da presente conjuntura.

O mundo latino-americano (incluindo o Brasil) e caribenho se encontra neste momento sobre-determinado pela ameaça de diminuição das imensas reservas que ainda possui. No entanto, estes países viveram, desde o início deste século até os últimos três ou quatro anos, uma situação de aumento espetacular de suas reservas monetárias que contrastam com as enormes dívidas internacionais com que conviviam nos anos 1980 e 1990 do século passado. Um mundo de países debilitados por dívidas colossais, e que não tinham dinheiro para alavancar uma política de desenvolvimento devido a uma dívida paralisante, encontrava-se com grandes excedentes financeiros, que permitiam instaurar governos capazes de unir crescimento econômico e redistribuição de renda, ainda que moderada. A miséria em que vivia e ainda vive um terço da população desses países faz com que a destinação de 2% a 3% de seus Produtos Internos Brutos para estas populações produza mudanças radicais na vida de milhões de pessoas.

É difícil aprender a converter seus próprios títulos de dívida em potencial para o desenvolvimento. Claro que há pouca gente disposta a comprar, nesse momento, os títulos da dívida sem nenhum respaldo em produção de bens ou, inclusive, valores ligados a serviços públicos ou privados. Entretanto, os Estados Unidos

se mantêm com a emissão de títulos de dívida estatais que não apresentam nenhuma perspectiva de serem pagos por um governo sem possibilidade de cobrir suas dívidas, já que não possui nenhuma proposta à vista de obter um superávit fiscal. Com essa aventura, os Estados Unidos estão percorrendo um caminho muito perigoso, porque se espera uma grande desvalorização que derrubaria massivamente os valores do dólar. Não se trata apenas de uma hipótese, mas se sente e se sabe que vamos ter uma grande desvalorização do dólar. Num país que paga 0% de juros em seus títulos públicos, comprar estes títulos emitidos numa moeda em processo de desvalorização é um claro suicídio econômico, cujo custo só pode ser assumido por países com poderosos interesses geopolíticos comuns com o país de moeda decadente.

Esta situação nos mostra que temos que repensar e estudar muito, não apenas a partir de uma visão regional do mundo, mas com uma visão mais próxima da realidade. Este fenômeno global, se o analisarmos de acordo com o que ocorre em 2016, indica que estamos vivendo uma alteração na correlação de forças dentro do sistema econômico mundial: os grandes centros de poder econômico estão se transformando em países comandados por grandes concentrações financeiras, que dependem cada vez mais de poderosas empresas estatais e colossais transferências de recursos do Estado. Este é um fenômeno realmente inesperado para os economistas formados pelo discurso neoliberal e influenciados por uma campanha contra as empresas públicas e pelas vantagens da privatização que predominaram desde a década de 1980 até início do século XXI, quando esta ofensiva entra em decadência.

As maiores empresas

Apesar da campanha privatista, estas ideias foram rapidamente revistas a partir dos anos 2000. Entre as dez primeiras empresas do mundo, segundo o valor de suas ações, o primeiro lugar, em 2007, era ocupado pela Petro China, com uma diferença bastante gran-

de em relação à segunda posição. Enquanto a Petro China se aproximava de US\$ 1 trilhão em ações, a Exxon dos Estados Unidos, uma empresa privada mas muito ligada ao sistema estatal e particularmente ao Pentágono, aparecia em segundo lugar. A demanda pelos produtos desta empresa provém de instituições estatais, financiadas com recursos públicos.

A General Electric ficava em terceiro lugar, de acordo com o valor de suas ações, sendo também muito ligada ao Pentágono e a toda a estrutura militar dos EUA, com investimentos globais. Logo abaixo está a China Mobil e Industria, e, em quinto lugar, a Microsoft, seguida da Gazprom, empresa estatal russa. É necessário destacar que o Estado russo retomou recentemente esta empresa, que havia sido privatizada por políticas de conversão de empresas públicas em privadas, gerando subitamente grandes riquezas, o que levou especuladores a começarem a comprar a Gazprom. Não está claro como foram privatizadas exatamente esta e várias outras empresas.

Ao renacionalizá-la, o presidente Putin conseguiu retomar o principal eixo da economia russa, transformando drasticamente a correlação de forças da economia mundial. Não apenas pela situação do petróleo e gás, a presença russa inaugura uma fase muito complicada, porque sua participação aumentou muito a concorrência mundial na exploração de petróleo e gás. A presença da Gazprom permitiu, por exemplo, que nesse momento se realizem reuniões entre a Rússia e a Arábia Saudita, o que é uma ação fora do comum, exceto pelos interesses comuns em relação aos hidrocarbonetos.

A China também se situa neste jogo de poder no Oriente Médio e, provavelmente, isto tem a ver com uma estratégia relacionada ao petróleo que não é administrada somente a partir da OPEP, mas está articulada ao apoio de outros centros petrolíferos para conseguir, realmente, uma posição de força mundial. A obsessão dos Estados Unidos em permanecerem como líderes incontestáveis da economia

mundial do petróleo os colocam em confronto com quase todos os países do mundo.

No caso da América Latina, essas ambições desmedidas dos grupos dominantes nos Estados Unidos levaram seu governo a forçar situações políticas na região. Diante do fato decisivo de não contar mais com o apoio militar para suas aventuras totalitárias, têm que promover golpes de Estado apoiados fundamentalmente em congressos deslegitimados, leis absurdas improvisadas para servir a seus interesses, intervenções jurídicas que convertem a polícia e os tribunais em poderes medievais, assim como no domínio e monopólio absoluto dos meios de comunicação.

É grave observar como as forças de esquerda latino-americanas enfraqueceram com os poucos anos de exercício do poder. Diante da ofensiva geral do grande capital em decadência, acomodam-se à sua proposta de retrocesso ideológico e cultural. Essa proposta pretende transformar tais ações desesperadas em fonte de uma nova legalidade que confunda democracia com a mobilização monopolista dos meios de comunicação e a restrição aos poderes populares que vinham se acumulando no século XXI, para desespero do grande capital em geral.

A tentativa de “restringir” a questão democrática à possibilidade de escolher um candidato entre os já definidos por partidos sem participação popular; uma incorporação formal dos povos submetidos desde as colônias, negando a eles as cotas para se integrar nos verdadeiros centros de decisão; restrições da moral patriarcal, que se limita a liberdade e realização parciais das mulheres, sem lhes dar o direito de decidir sobre seu próprio corpo - em síntese, a transformação de conquistas parciais em objetivos finais. Também ocultando a radicalidade do moderno ideal democrático, segundo o qual a plena realização dos indivíduos não apenas deve ser “reconhecida” socialmente mas buscar o pleno exercício de sua condição de ser humano e de seu poder para orientar os destinos da humanidade, liberando-a da submissão às contradições sociais fundamentais

que a oprimem. Ou seja, trata-se de restringir a plenitude do ideal democrático a simulacros de democracia.

Ademais, está claro que não se pode aceitar a redução do conceito de democracia aos princípios liberais que contradizem historicamente os princípios democráticos. A liberdade dos exploradores e violentos dominadores não pode ser um princípio ordenador de um mundo cada vez mais interativo. Não podemos aceitar como princípio a exploração das grandes majorias e acumular 50% da riqueza em mãos dos já famosos 1% da população mundial, em nome de uma eficiência econômica muito discutível. Se não fosse pelo terror organizado e promovido por um sistema de poder em crise profunda, seria jocoso pretender que a humanidade deva se submeter a um mundo marcado por desequilíbrios econômicos colossais, crises humanas e ambientais, permanentes ameaças de violência e ameaças dramáticas à sobrevivência da humanidade e do próprio planeta Terra.

Está na ordem do dia, portanto, uma batalha de ideias que se desenha com fortes cores no planeta. Nossa capacidade de mobilização contra a ofensiva do grande capital é crucial. Mas deve reivindicar a defesa de uma nova sociedade, de uma nova economia e de uma nova cultura, assim como a criação dos instrumentos necessários para que cada ser humano se transforme no dono de seu próprio destino. <<



O progressismo aprisionado na teia de aranha institucional capitalista

Antonio Elías

Após a queda do muro de Berlim e o colapso do socialismo real, setores importantes da esquerda abandonaram o conceito de luta de classes. A proposta socialista foi substituída por um discurso “esquerdista” que se declarava órfão de um projeto, terminando, assim, sem questionar o capitalismo e privilegiando a conciliação de classes expressa nas políticas de Estado e na alternância de partidos no governo.

A luta por uma “democracia social e econômica”, que sintetizava esta perspectiva de esquerda em relação a uma democracia política burguesa, era limitada, na melhor das hipóteses, a garantir o direito ao voto. E se transformou, para muitos, na tarefa de melhorar o nível de vida da população -- sem redistribuir a riqueza acumulada --, por meio de um aprofundamento do modelo capitalista.

A conquista do poder e a saída anticapitalista — que supõem uma ruptura do status quo — ficaram de lado, não apenas como prática sociopolítica limitada por uma determinada correlação de forças, mas também como suporte ideológico de muitas organizações da

Antonio Elías é mestre em Economia, docente da Universidade da República, Uruguai; diretor do Instituto de Estudos Sindicais Universindo Rodríguez; integrante da REDIU e vice-presidente da SEPLA. É membro da REDEM, REDH e do Grupo de Economia Mundial da CLACSO.

chamada esquerda. Tudo isto, naturalmente, com diferentes ênfases e níveis de profundidade em cada país.

Neste cenário, na primeira década deste século — como contrapartida à ofensiva neocolonial do capital e no contexto de uma importante crise econômica —, os partidos de direita foram derrotados nas urnas por forças políticas com raízes na esquerda e importante base social nos trabalhadores e nos povos originários.

Nos caminhos de acesso ao governo foram caindo muitas bandeiras do programa histórico, sob a hipótese, nunca demonstrada, de que não eram convenientes para a acumulação de forças eleitorais. Assumia-se assim o axioma “politológico” de que as eleições são ganhas quando se capta o centro do espectro político.

As definições programáticas tornaram-se moderadas: primeiramente, de forma ambígua, para aproximar setores moderados; depois, frontalmente para obter o aval dos senhores do “mercado”. Com esse objetivo foram aceitos quatro princípios: a) a manutenção e o aprofundamento de uma ordem constitucional e legal favorável ao capital; b) a “política” não deve interferir nas livres decisões do mercado; c) a primazia da democracia representativa sobre a participativa; d) o compromisso de garantir a alternância política, renunciando aos processos de transição ao socialismo.

Quando os governos progressistas assumem em sua prática tais “princípios” e promovem a humanização gradual do capitalismo, renunciam — de fato — aos objetivos históricos da esquerda. É claro e rotundo, para quem entende que este modelo concentra e centraliza a riqueza, ao mesmo tempo que produz e re-produz a desigualdade e a exclusão.

Os governos progressistas do Cone Sul, com todas as suas diferenças, inscreveram -se nas variadas opções da institucionalidade capitalista para administrar a crise. No Brasil e no Uruguai, chegam ao governo forças de esquerda que renunciam a seus objetivos fundacionais e assumem as reformas de “segunda geração” do Banco Mundial, como se fossem um programa superador do neoliberalismo, e tratam de atenuar os males do capitalismo sem enfrentá-lo como sistema. A Argentina merece uma análise específica por diversas razões. Entre elas, porque aplicaram políticas econômicas heterodoxas em disputa com os organismos multilaterais e mantiveram um papel geopolítico de apoio aos países progressistas mais radicais. Contudo, nos três países as mudanças foram fortes no plano eleitoral — com reiteradas vitórias nacionais e regionais —, mínimas ou nulas no plano ideológico, mas no econômico e institucional aprofundaram o capitalismo.

Na Bolívia, no Equador e na Venezuela, as transformações foram profundas. Expressaram-se, entre outros aspectos, em reformas constitucionais que apontaram ao fortalecimento da soberania nacional, inclusive dos povos originários e da construção de poder social. Houve avanços importantes no enfrentamento com as empresas transnacionais, restringindo sua capacidade de acumulação. Isso sem deixar de reconhecer que as regras básicas do funcionamento capitalista se mantêm.

Como consequência, na maioria dos países não houve mudanças significativas no sistema de dominação — nem sequer se avançou nessa direção. E, em outros, onde se havia avançado muito em uma primeira etapa, houve barreiras

e retrocessos significativos. Tudo isso no marco de uma heterogeneidade de situações que transformou o conceito de “progressismo” num grande guarda-chuva que abriga governos cujos processos são distintos em conteúdo e profundidade.

Retrocesso econômico

Durante quase uma década, os preços das matérias-primas que estes países exportam estiveram muito mais altos do que em períodos anteriores. E isso possibilitou um aumento significativo dos recursos de que dispunha o progressismo para levar adiante tanto seus projetos de transformações profundas (Bolívia e Venezuela), quanto os que avançaram em uma primeira fase e logo ficaram na metade do caminho (Equador) e os que simplesmente buscaram a legitimação social (Argentina, Brasil e Uruguai).

A queda dos preços das matérias-primas, a recuperação do valor relativo do dólar — com as conseqüentes desvalorizações— e a retração da entrada de capitais afetam economicamente e desestabilizam politicamente os governos progressistas.

Há uma tendência à queda da atividade econômica: desaceleração, estancamento e, em alguns casos, recessão que gera a queda da renda nacional e um aumento considerável do déficit fiscal. Em contextos críticos como os assinalados, cai a renda real dos trabalhadores e passivos, e há redução nos recursos destinados aos serviços públicos e a políticas assistenciais dirigidas aos setores mais desprotegidos, provocando uma batalha distributiva entre trabalho e capital, junto ao crescente empobrecimento de setores sociais que dependem de subsídios do Estado. Este cenário gera condições objetivas para a agudização da luta de classes, mas não existem condições subjetivas tais como consciência, organização e direção para colocar em questão o domínio do capital.

Neste processo de retrocesso econômico, o progressismo sofreu reveses importan-

tes: Mauricio Macri ganhou na Argentina (22/11/2015); na Venezuela, a oposição obteve maioria parlamentar (06/12/2015) e as assinaturas necessárias para cumprir a primeira etapa do referendo revogatório; na Bolívia, foi derrotada a proposta de reforma constitucional para possibilitar a reeleição de Evo Morales (21/02/2016); no Brasil, após a aplicação forçada dos mecanismos constitucionais para destituir Dilma Rousseff sem causas legítimas, seu partido sofreu uma forte derrota nas eleições municipais recentes (02/10/2016).

A situação é particularmente complexa porque o que ficou do progressismo, após a perda do governo na Argentina e no Brasil, deve enfrentar uma intensificação das agressões imperialistas, por diversos métodos, para deslocá-lo das posições de governo. O objetivo principal e imediato continua sendo o governo da Venezuela – o que investiu mais esforços para fixar um horizonte socialista e uma integração regional anti-imperialista. Trata-se de isolá-lo internacionalmente, ao mesmo tempo que se desenvolve uma campanha midiática massiva buscando criar condições para legitimar todo tipo de confronto interno e/ou agressão externa.

Insuficiências internas e ofensiva externa

Em todo caso, não se pode ignorar que as derrotas eleitorais, a ofensiva do capital e as agressões imperialistas foram facilitadas, em maior ou em menor medida, por insuficiências internas, tais como: o burocratismo, a corrupção, a luta pelo poder e, fundamentalmente, por profundos desvios ideológicos. Também não se pode ignorar que não se conseguiu transformar a base produtiva e se aumentou a primarização, a estrangeirização e a vulnerabilidade de nossas economias.

Todo este processo se enquadra numa ofensiva estratégica do capital – que ocorre há décadas – para instaurar um modelo de acumulação que lhe permita aumentar a taxa de lucro e transferir os custos das sucessivas crises aos trabalhadores dos países periféricos. Para

isso é preciso: a) reduzir ao mínimo as fronteiras e as regulações econômicas por meio de Tratados de Livre Comércio e de Proteção de Investimentos cada vez mais invasivos e prejudiciais para a soberania nacional; b) aplicar políticas de ajuste para baixar os custos do Estado e da mão de obra com políticas restritivas de diversos tipos.

Os limites do progressismo e as condições para seu deslocamento ficaram estabelecidos quando foram aceitas as instituições políticas e econômicas do sistema capitalista. A ofensiva atual para substituí-lo por forças políticas totalmente submetidas aos desígnios do capital se explicaria, em grande medida, porque os governos progressistas possuem contradições internas importantes e não garantem o cumprimento dos objetivos econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos.

O acesso ao governo, para os setores de esquerda, era um caminho que permitiria acumular forças para avançar a um horizonte socialista. Não foi assim, seguramente, porque as classes dominantes mantiveram o poder oriundo da propriedade dos meios de produção e da hegemonia mundial do neoliberalismo.

Cabe perguntar, então, em que medida estes governos aproximam, estancam ou inclusive afastam as classes dominadas da possibilidade de realizar transformações estruturais a favor do trabalho e contra o capital. Essa é a questão a ser julgada pela história. ⚡

América Latina: democracia e poder popular

Luis Hernández Navarro

Na década de 1980 do século passado, a América Latina emergiu dos dias sombrios da ditadura militar com a esperança de que a democracia trouxesse justiça social. Não foi bem assim. Obrigados a aceitar as doutrinas de livre comércio do Consenso de Washington, os governos frágeis e mal preparados que chegaram ao poder leiloaram os recursos públicos a preço de banana e foram capturados pela lógica e pelos interesses do capitalismo global.

A elite se beneficiou, enquanto a maioria da população não ganhou nada. O emprego não cresceu, os salários do setor público foram “reajustados” e a pobreza aumentou de forma espetacular. Os trabalhadores sofreram uma dupla desvantagem: o custo da mão de obra, maior que a dos homólogos chineses; e a educação, pior do que na Europa do Leste.

Entre os saldos que empurraram a América Latina para a globalização neoliberal, pelas mãos da democracia procedimental, está o da polarização social. O neoliberalismo aprofundou a segmentação e tornou evidente que esta não resolveria a desigualdade com as velhas classes políticas. Mal inseridos e débeis na economia mundializada, os países da área se dividiram internamente entre uma elite que se beneficiou desta inclusão e as grandes majorias que ficaram fora dela.

Luis Hernández Navarro é um jornalista e escritor mexicano. Coordenador de Opinião do diário *La Jornada*. Seus livros mais recentes são *Hermanos en armas - Policías comunitarias y autodefensas* e *La novena ola magisterial*.

O fim dos regimes autoritários e a transição para a democracia na América Latina coincidiram com a reivindicação do livre mercado como escola de virtude. Com ela, chegou a hora de substituir a política pelo mercado, a administração pública pela gerencial, a cidadania pelos consumidores, a atenção à pobreza pela rentabilidade social. O apelo a “reinventar” o governo transferiu mecanicamente a ideologia da empresa privada às políticas públicas. O empresarial se transformou assim, à margem de qualquer evidência, em sinônimo de um governo eficiente, moderno, não burocrático, não corrupto e responsável.

Um barco naufragando

Rapidamente, os efeitos desta desastrosa gestão governamental foram sentidos na realidade. A transgressão do público por parte dos interesses privados polarizou as sociedades latino-americanas. E longe de ajudar a manter a coesão social, dismantelar o público para abrir suas competências e função ao privado, fragmentou-a ainda mais.

Diminuída a legitimidade política nacional pelo domínio do mercado e pela abdicação prática das funções redistributivas e assistenciais do Estado, e desgastada a figura do Estado-nação pela apologia da globalização, a identidade nacional dos setores populares se dissociou do Estado. Os setores mais pobres da sociedade construíram uma identidade própria separada da identidade nacional do Estado. Produziu-se uma profunda crise de representação política: os partidos tradicionais deixaram de representar a cidadania e os políticos que substituíram os militares esgotaram rapidamente sua credibilidade.

Para setores importantes do movimento popular, ficou cada vez mais claro que o governo não era uma empresa e a administração pública não era sinônimo de gestão privada. As lógicas de privado e público são distintas. O privado priva, exclui; o público leva em conta o interesse geral. O público não pode ser administrado a partir da lógica do privado; não é um cliente a que se deve vender um bem ou serviço. Colocar os interesses privados na frente do público é desnaturalizar sua função.

Surgiram assim expressões multitudinárias de descontentamento social que reivindicaram o espaço público em oposição à privatização dos recursos naturais. A força integradora da velha identidade nacional se reformulou diante da alavanca das reivindicações étnicas e regionais que convocaram e reuniram os excluídos.

Este foi o contexto de chegada da esquerda ao governo em alguns países. As mobilizações de massas que derrubaram presidentes, desafiaram a hegemonia dos Estados Unidos, pararam a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), detiveram a privatização de empresas estatais e de recursos naturais, construíram um novo sentido de identidade forjado nas demandas étnicas e regionais e a unidade dos excluídos e marginalizados. Em seu horizonte estava a construção de poder popular. Frente às vitórias eleitorais, a nova esquerda havia obtido uma vitória cultural.

Poder popular

Desde a década de 1970 do século passado, uma enorme variedade de movimentos sociais e políticos reivindicou a necessidade de construir o poder popular como um elemento central na luta pela emancipação social. No entanto, não há uma definição única deste conceito, pois com ele se descrevem propostas e realidades políticas distintas. Seu alcance e significado são diferentes, dependendo dos países e dos movimentos que o reivindicam.

Mesmo que o conceito se refira essencialmente aos espaços de poder autônomo criados pelos

setores subalternos que questionam a ordem vigente, praticam a democracia participativa e são uma espécie de laboratório na criação de outra sociedade, nos fatos, seu uso varia enormemente. Os órgãos de poder popular em Cuba não são o mesmo que as Juntas de Bom Governo zapatistas, as fábricas ocupadas na Argentina, os Conselhos Comunitários na Venezuela, as polícias comunitárias de Guerrero ou a experiência do Cauca colombiano.

Em alguns casos, o poder popular é reivindicado como uma via para gerar uma força contra-hegemônica fora dos espaços da política institucional. Em outros, é parte de processos de transformação de Estados em disputa. Em outros ainda, é concebido como instrumento para democratizar a democracia procedimental.

Distintas formas de poder popular surgiram ao longo dos últimos 20 anos no continente, nos territórios de povos indígenas em processo de reconstituição como povos ou nação, de grupos camponeses em defesa de suas terras e recursos naturais, e de movimentos urbano-populares nas periferias de grandes cidades.

O conceito de poder popular trata de como novos sujeitos históricos foram se construindo em torno da resistência à espoliação do território, da autogestão, autonomia e autodefesa.

Muito frequentemente a estratégia de construir poder popular é reivindicada pelos que, no interior da esquerda, consideram ser absolutamente insuficiente ganhar os governos pela via eleitoral como forma de transformar um país.

A seu modo, o debate sobre o papel do poder popular na construção do socialismo na América Latina reedita a discussão que dividiu o movimento operário, depois da revolução russa, entre comunistas e socio-democratas. O poder popular ocupa hoje o papel que, naquele momento, foi designado aos operários como via para a extinção do Estado.

Governos progressistas, movimentos sociais e democracia

Os governos progressistas do hemisfério tentaram uma reconstrução da arquitetura do poder e da geopolítica regional, baseada na recusa das políticas da Casa Branca e no ressurgimento de novos processos de integração hemisféricos.

Elemento central desta redefinição foi a demanda pelo controle nacional dos recursos naturais – que produziu grandes conflitos com as multinacionais. Hoje os estados têm um maior controle sobre os recursos. Entretanto, algumas organizações sociais e indígenas criticaram os governos por basear suas estratégias num modelo “extrativista”, em que a América Latina continua sendo um dos principais produtores e exportadores de matérias-primas.

Estes desafios, postos pela base ao modelo de exploração dos recursos naturais, chocam com a necessidade dos Estados populares de contar com recursos para combater a pobreza, construir infraestrutura e promover o desenvolvimento.

A extração dos recursos naturais trouxe novas formas de renda ao continente. Os novos governos as utilizaram para financiar programas sociais e combater a pobreza. Entretanto, em alguns desses países, não houve uma mudança de fundo na transformação do Estado.

A América Latina é a região do mundo em que se está produzindo o maior número de mudanças e as mais profundas a favor de uma ordem pós-neoliberal. Raúl García Linera descrevia o processo de transformação vivido atualmente na Bolívia como a tentativa de trocar o motor de um carro em funcionamento. Mas a transformação social em curso ainda não produziu resultados definitivos. As disputas sobre o papel do Estado e a direção da integração regional e da política de desenvolvimento não foram resolvidas.

Pior ainda, chegou a era dos golpes brandos na América Latina. O ciclo começou em 2009

em Honduras, continuou em 2012 com o Paraguai e fez sua última parada no Brasil em 2016. Na Venezuela, as tentativas de dar um golpe estão paradas desde 2002. A pretensão dos governos progressistas de forjar uma área autônoma dos Estados Unidos e privilegiar a relação com a China foi sancionada.

Em meio a estes golpes “brandos”, ao avanço da uma nova direita e diante de suas próprias limitações, os movimentos populares latino-americanos estão se movimentando e respondendo. Sem exageros, é possível dizer que se encontram numa situação limite. Estão presentes neles tanto a vontade de se transformar num novo poder constituinte, quanto a réplica de antigas práticas clientelistas e corporativas, porém agora justificadas por uma roupagem de esquerda.

Do mesmo modo que, quando um rio desemboca no mar, as correntes se encontram e formam redemoinhos, as diversas forças existentes na sociedade latino-americana provocam turbulências nos movimentos sociais. As águas da mudança na região são turbulentas. Seguirão assim por vários anos. Democracia e poder popular continuarão sendo ideais-força chave para navegar neste turbilhão. ⚡



AMERICA LATINA *em movimento*

**Publicação internacional de análise e
opinião da Agência Latino-Americana
de Informação (ALAI)**

ISSN No. 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal
Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:
Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria
Of. 503, Quito, Equador
Tel: (593-2) 2528716 / 2505074
Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:
info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:
alaiadmin@alai.net.org

ALAI é uma agência informativa sem
fins lucrativos constituída em 1976
na província de Quebec, no Canadá.

Desenho da capa
Pedro Cagigal

518

Edição em espanhol
outubro 2016
Ano 40, 2ª temporada

Edição em português
novembro 2016

As informações contidas nesta publicação podem ser
reproduzidas desde que devidamente mencionada a fonte
com o envio de uma cópia à redação.

As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita
responsabilidade de seus autores e não refletem
necessariamente o pensamento da ALAI.

Assinatura da versão impressa em espanhol (10 números anuais)

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml
São aceitos pagamentos pela Internet



Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro
<http://www.sengerj.org.br>

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) completa, neste ano de 2016, 85 anos de lutas por uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, pela democracia e pela soberania nacional. Fundado em 22 de setembro de 1931, foi o primeiro sindicato da categoria, então chamado, por atuar em âmbito nacional, de Sindicato Central dos Engenheiros. Sempre com sede no Rio de Janeiro, em 1978, após trabalhar ativamente em conjunto com os movimentos sociais para o fortalecimento do movimento sindical em todo o país, passa a representar os profissionais do estado como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). Saiba mais: www.senge-rj.org.br

Av. Rio Branco 277, 8º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep:20040-009

Telefone: (21) 3505-0707

Email: secretaria@sengerj2.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/sengejrio>

Twitter: <https://twitter.com/sengerj>

Edição/Português
Copydesk: Verônica Couto
Impressão: Walprint Gráfica Editora
Tiragem: 500

O atendimento às suas necessidades imediatas e o planejamento do seu futuro estão na Mútua

Com o registro no Crea, os profissionais da área tecnológica estão aptos a exercerem suas profissões de forma legal e regular. Mas não é só isso que a inscrição no Crea proporciona. Ela também qualifica o profissional a se tornar sócio da Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, passando a fazer parte de um seleto grupo de profissionais que pode contar com benefícios e facilidades exclusivas, tanto para ele, como para a sua família.

Uma das principais vantagens oferecidas aos mutualistas é a possibilidade de contratação do TecnoPrev, o plano de previdência complementar da área tecnológica que, após reformulação de seu regulamento, passará a atender, além dos que já participam, todos os associados contribuintes, garantindo a eles a cobertura do benefício de pecúlio por morte. Opcionalmente, o associado poderá, também, realizar contribuições para a formação de uma previdência complementar ou, ainda, para a majoração dos valores do pecúlio básico custeado pela Mútua. O plano é administrado pela BB Previdência, do Banco do Brasil, e tem características diferenciadas, tudo para que o profissional tenha um futuro tranquilo e estável na aposentadoria.

Atenção às necessidades imediatas dos associados, garantindo mais qualidade de vida e desenvolvimento, também faz parte da missão da Mútua. Através de convênios nacionais e regionais o profissional do Crea conta com descontos em diversos segmentos comerciais, para a aquisição de produtos ou contratação de serviços, como escolas de graduação e pós-graduação, cursos de idiomas, clínicas, academias e hotéis, entre outros. Planos de saúde coletivos por adesão, com mensalidades exclusivas, também podem ser contratados pelos mutualistas.

Passado um ano de sua associação e mediante regularidade da anuidade, o profissional, além das vantagens já citadas, terá à sua disposição 17 linhas de benefícios reembolsáveis. Aquela ajuda financeira para projetos pessoais e profissionais, com a melhor taxa de juros: a partir de 0,30% ao mês. São benefícios específicos para compra de carro, imóveis, tratamentos médicos, criação de novos produtos e processos, registro de patentes, férias, casamento, reformas e muito mais.

Conheça mais sobre a Mútua no site:
www.mutua-rj.com.br ou visite a Sede da Regional no estado:
 Av. Rio Branco, 156, salas 1236 a 1239 - Centro, Rio de Janeiro.

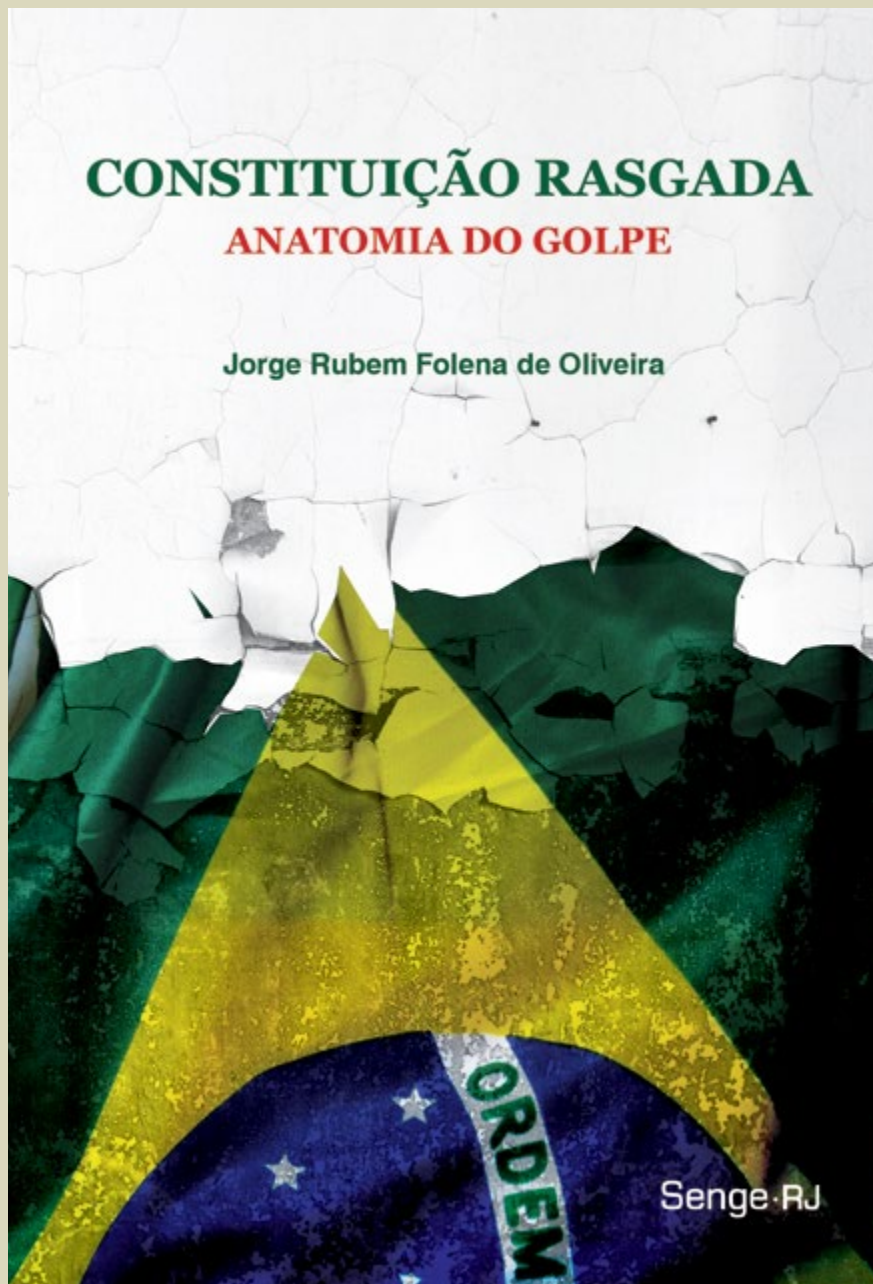
CONFEDERAÇÃO
CONFEA
 Conselho Federal de Engenharia
 e Agronomia



CONSELHO REGIONAL
CREA
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia



MUTUA-RJ
 CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



“Constituição Rasgada – Anatomia do Golpe”, de autoria do advogado constitucionalista e cientista político Jorge Folena, publicado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), nasceu da reunião de ensaios escritos entre janeiro e maio de 2016. O objetivo imediato era analisar o comportamento do governo da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista a atuação das forças hegemônicas internacionais, com interesses sobre as riquezas materiais e imateriais do Brasil, e diante da ação de grupos políticos tradicionais no país. Grupos esses também denominados de oligárquicos, decorrentes do caudilhismo, mandonismo ou coronelismo (que alguns definiram como “os antigos senhores de escravos no Brasil”). Ainda atuantes, se uniram numa perigosa jogada política em busca da retomada de sua posição direta de mando – enfraquecida, a partir de 1º de janeiro de 2003, com a posse de Luis Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores/PT) na presidência da República – mediante a manipulação de um processo contra a democracia.

Rio de Janeiro, Brasil, Janeiro de 2017.